



## **GABINETE DO VEREADOR NELSON DINIZ**

### **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº DE 2021.**

**EMENTA:** Institui no Município de Caruaru a “Carteira Municipal de Saúde da Mulher”.

**Art.1º** Fica instituída no Município de Caruaru a “Carteira Municipal de Saúde da Mulher”.

**Art. 2º** A Carteira de que trata o art. 1º consiste em um instrumento de registro de informações contendo:

I-tipo sanguíneo;

II-atendimentos e procedimentos de saúde realizados;

III –datas de consultas e exames;

IV-relação dos Órgãos que atuam no combate à violência contra a mulher, com endereço e telefone; e

V-esclarecimentos acerca da Lei Maria da Penha.

**§1º** No que se refere aos incisos II e III, deverão constar também:

I- a identificação do estabelecimento público ou privado de saúde em que ocorreu o atendimento; e

II a identificação do profissional responsável.

**§2º** Em nenhuma hipótese, serão consignados dados considerados sigilosos.

**Art. 3º** As Unidades Municipais de Saúde deverão solicitar a apresentação da “Carteira Municipal de Saúde da Mulher” quando da realização de novos procedimentos e acompanhamento dos anteriores.

**Parágrafo único:** Em nenhuma hipótese, a não apresentação da Carteira tratada no caput implicará recusa de atendimento à mulher.

**Art.4º** A instituição e os benefícios da “Carteira Municipal de Saúde da Mulher” deverão ser amplamente divulgados junto ao público em geral e aos profissionais do serviço de Saúde.

**Art.5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, 15 de Julho de 2021.



## JUSTIFICATIVA

A presente Proposta objetiva a instituição da “Carteira Municipal de Saúde da Mulher”, como instrumento que proporcione à mulher melhores condições de controle de sua saúde, com o registro do tipo sanguíneo, atendimentos e procedimentos de saúde a que tenha se submetido, registro e datas de consultas e exames, identificação do estabelecimento público ou privado de Saúde em que ocorreu o atendimento, bem como do profissional executor da ação realizada e, ainda, informações relativas a órgãos que atuam no combate à violência contra a mulher (endereço e telefone etc.) e informações básicas a respeito da Lei Maria da Penha.

Importa destacar que, de acordo com o Ministério da Saúde, a saúde da mulher vai além de questões ginecológicas e deve contemplar, além do bem-estar físico, a saúde mental e emocional, incluído o planejamento familiar, que também faz parte desse rol de cuidados necessários. O funcionamento do corpo feminino tem peculiaridades quando comparado ao organismo do homem, o que gera doenças e distúrbios específicos. Ainda segundo o Ministério da Saúde, não se pode descuidar da saúde ginecológica, evidentemente, a qual engloba vários aspectos do bem-estar feminino.

Dessa forma, entre os fatores que devem ser observados pelas mulheres, estão: alterações do ciclo menstrual, sangramentos transvaginais anormais, sangramentos após a menopausa, dor pélvica aguda ou crônica, nódulos mamários, infertilidade, corrimentos vaginais, úlceras genitais, verrugas vulvares, dor ao urinar, incontinência urinária.

Diante disso, frise-se que a Constituição Federal, em seu art. 196, prevê que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, 15 de Julho de 2021.